

A experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG

NATALINO NEVES DA SILVA

1 O Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG integrou o conjunto dos 27 projetos aprovados no Concurso Nacional Cor no Ensino Superior, promovido pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, com apoio da Fundação Ford, no ano de 2001. Todas as atividades do programa são voltadas para o desenvolvimento da capacidade crítica, a aquisição de hábitos de estudo, a sensibilização diante da realidade social, política e educacional do negro brasileiro e a constituição de um espaço de reflexão acerca do processo de construção da identidade negra. O programa foi idealizado e criado pela professora titular e emérita Nilma Lino Gomes e pelo professor titular Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (*in memoriam*). O “Ações” se insere no contexto de reivindicações e lutas sociais, a saber: a) promover Políticas de Ação Afirmativa (PAA) no âmbito universitário; b) fortalecer o acesso, a permanência e a trajetória acadêmica de graduandos(as) e pós-graduandos(as) negros(as) da UFMG; c) contribuir para o desenvolvimento da identidade étnico-racial a partir de debates no interior da universidade, acerca da questão racial na sociedade; d) atuar com a formação inicial e continuada para a equidade étnico-racial na educação básica, entre outros.

“Ser negro” é uma luta para negar as atrocidades humanas. O precedente é emblemático em qualquer continente do mundo. Uma luta herdeira com geradores que constroem uma ontologia de existência numa visão de resistência para que o negro não seja um instrumento político social, mas idem igualitário ao corpo natural do homem branco, no olhar do outro, em todos os ambientes de convivência social.

Rei Seely

Representações negras afirmativas em cena

O meu *lugar de luta* – neste ensaio – é na condição de atual coordenador do Programa Ações Afirmativas na UFMG,¹ que no ano de 2022 completou vinte anos de resistência na luta antirracista. O meu engajamento político-acadêmico² se deu com a entrada no “Ações” como primeiro bolsista de extensão. Revisitar essa trajetória significa compreender os resultados de uma luta coletiva do movimento negro brasileiro e de intelectuais negros(as)³ engajados(as), qual seja: garantir, entre outros aspectos, as condições materiais e simbólicas para o fortalecimento acadêmico. Assim, é extensa a trajetória desse engajamento, visível quando faço uma retrospectiva histórica em relação ao ponto de partida da condição de bolsista de extensão à coordenação de propostas de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização, com vistas à promoção da equidade étnico-racial, desenvolvidas no Programa.

A esse respeito, cabe ressaltar o pioneirismo do “Ações” no que concerne à democratização do acesso e permanência de estudantes negros(as) na UFMG. E, mais, sua contribuição para o processo da implementação das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) tanto no âmbito da instituição quanto fora dela.

2 Meu engajamento no antirracismo ocorreu no movimento Black Soul na capital mineira, no início da década de 1990. Na ocasião, construíamos o pertencimento étnico-racial de maneira afirmativa por meio do *artivismo negro* político-cultural (Silva, 2004).

3 Em consonância com o Estatuto da Igualdade Racial, entende-se por população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, segundo o critério censitário cor ou raça, usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (Brasil, 2010).

O trabalho realizado do Programa estrutura-se a partir de cinco linhas de ação, quais sejam: a) ações na UFMG; b) pós-graduação; c) pesquisa; d) relação com a educação básica; e) internacionalização. Para cada uma das ações realizadas, contamos com a participação de um *aquilombamento* constituído de: bolsistas e ex-bolsistas, estudantes de graduação e pós-graduação, pessoas que participam e/ou já participaram de alguma das ações realizadas pelo Programa, intelectuais negros(as), movimentos sociais e movimento negro, profissionais da educação básica, servidores(as) docentes e técnicos vinculados ou não à UFMG, entre outros.

A noção de *aquilombamento*, aqui utilizada, aproxima-se das contribuições da pesquisadora, intelectual e militante negra, Beatriz do Nascimento (1989), que considerava que uma das maneiras de compreender quilombo é por meio do simbólico. Assim, a existência do Programa na Faculdade de Educação (FaE) da UFMG é interpretada pelas pessoas participantes como um território negro “acadêmico” afetivo emancipatório para se aquilombar.

Retomar as questões geradoras que motivam as produções audiovisuais do Programa nos pareceu importante para serem refletidas, a saber: como foi ou é feita a pesquisa em imagem e som no seu grupo de pesquisa, de extensão, ensino ou em seu processo de criação? Quais as características do acervo de imagens e sons que seu projeto produziu? Quais as questões principais que as imagens e sons trazem para seu projeto? Todas elas levam-nos a reconhecer a centralidade relacional entre a imagem e o som e as inúmeras práticas educativas desenvolvidas pelo Programa ao longo dos anos. Percepções também compartilhadas com o campo das relações étnico-raciais, conforme atestam pesquisas produzidas na área (Araújo, 2000; Diogo, 2008; Ramos, 2002; Souza, 2006).

A esse respeito, sabe-se, por meio de uma fenomenologia fanoniana que caminha “para a experiência vivida e o colapso do simbólico” (Faustino, 2020, p. 84), que a construção do corpo negro no Ocidente se dá a partir da racialização colonial. O corpo negro é situado, portanto, no mundo e na cultura por meio das relações hierárquicas de poder, do imaginário social, entre outros. A imagem *corpo-negro-mercadoria* apresentou-se, por mais de três séculos e meio na sociedade brasileira, como a única possibilidade de existência do repertório de representação cultural hegemônico. Problematizar esse

repertório por meio de produções audiovisuais consiste em apostar que “el relato fílmico hace perceptible las heridas que destrozan el cuerpo social” [o relato fílmico torna perceptível as feridas que destroçam o corpo social] (Petzoldt, 2023, p. 28).

A ideia de representação articulada com a cultura desde sempre foi muito cara às propostas de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo “Ações”. Pois, como nos ensinou o pesquisador jamaicano Stuart Hall (2016, p. 42, grifo nosso), é preciso levar em conta que o “*sentido é construído pelo sistema de representação*”. Essa compreensão remete a pensar a “cultura” como um campo de produção e intercâmbio de compartilhamento de significados entre os membros de um grupo ou sociedade.

Nesse sentido, a criação de representações negras por meio de linguagens audiovisuais afirmativas está relacionada ao enfrentamento do racismo. Como bem *negritado* nos versos do poeta Rei Seely, dispostos na epígrafe deste capítulo, a criação de uma *negrontologia* necessita, portanto, de outros olhares. Ou, quem sabe, de olhares negros sobre marcadores sociais da diferença na construção social das representações.

O racismo à brasileira se dá também por meio da produção e reprodução de deslocamentos imagéticos que se concretizam entre *corpo-negro-mercadoria* e *corpo-negro-estereótipo* (Munanga, 2006; Gonçalves, 1998; Silva, 2011; Silvério, 2022). Para perceber esses deslocamentos, basta observar peças publicitárias, livros didáticos e as relações sociais. A esse respeito, recordo-me da minha infância e da preocupação da minha mãe com o cuidado da “boa aparência”. Segundo ela, por mais que nossa condição financeira se relacionasse com as características socioeconômicas de uma família popular, isso não significava que seus filhos tivessem de “andar maltrapilhos na rua”. Anos mais tarde, a ideia de “boa aparência” apresentava-se novamente, agora como pré-requisito para a inserção no mundo do trabalho. A ideia da “boa aparência” carrega em si determinado ideal-padrão normativo hierárquico social. Noutras palavras, a *normatividade da branquitude* é a maneira pela qual o ideal-padrão se realiza, conforme denunciado há vários anos pelo movimento negro e por intelectuais e militantes negros(as) (Bento, 2002; Santos, 2000; Damasceno, 2013; Silva, 2019).

Por trás de exemplos aparentemente simples e corriqueiros extraídos de cenas da vida cotidiana, revela-se a maneira pela

qual as hierarquias raciais são constituídas mediante sistemas de representações sociais. Afinal, em nível das representações coletivas mais enraizadas, “as categorias raciais deságuam na supremacia da ‘boa aparência’, oferecendo subsídios para a compreensão desta expressão não como algo dado, natural [...], mas a combinação da ‘cor’ com a ‘boa aparência’ como uma metáfora englobadora da *condição racial*” (Damasceno, 2013, p. 11, grifo nosso).

O campo dos estudos culturais, pós-coloniais e des-coloniais, há muito tem problematizado o funcionamento da cultura e da representação. Contra a fixidez e a imutabilidade da representação do “negro” e do “indígena” veiculadas, oficialmente, nas/pelas instituições sociais, as formas de representação racial, nesses campos de estudo, levam em consideração as complexidades e ambivalências. Busca-se estabelecer, com isso, uma luta pela representação. Por conseguinte, as representações negras afirmativas se inserem nesse campo de luta. Afinal, o corpo negro é apreendido como parte de uma estratégia representacional de maneira positiva. Hall (2016, p. 219) analisa que essa estratégia faz parte de uma estética-política e cultural negra e afrodiaspórica:

em vez de evitar o corpo do negro, por estar ele tão absorvido pelas complexidades de poder e subordinação dentro da representação, essa estratégia o toma positivamente, como o principal local de suas estratégias representacionais, tentando fazer com que os estereótipos operem contra eles próprios. [...] Considerando que os negros sempre foram fixados e estereotipados pela visão racializada, [...] essa estratégia joga com o “olhar” e tenta torná-lo “estranho” por meio de sua própria atenção – isto é, desfamiliarizá-lo e, então, torna-se explícito o que normalmente está escondido.

O Programa se dedicou a produzir diferentes recursos audiovisuais de caráter engajado e afirmativo na luta antirracista desde o início deste século, orientação também compartilhada por vários outros Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) inseridos nas Universidades e Institutos Federais e Estaduais. No limite deste texto, elegemos destacar três ações desenvolvidas nessa direção. A primeira delas trata de apresentar diferentes produções audiovisuais realizadas pelo Programa. A segunda propõe explicitar o projeto *Negras*

imagens em movimento e o *Catálogo videográfico*. E, por fim, o trabalho de edição e organização do acervo de fitas de vídeos relacionado ao projeto de extensão *Ciclo de debates, palestras e produção documental*.

Produções audiovisuais e a agência epistêmica negra

Em 2004, com apenas dois anos de existência, uma das preocupações do Programa, na ocasião, era contribuir para fomentar o debate acerca das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) na comunidade da UFMG. Para tal, foi produzido o documentário intitulado *Ações afirmativas no ensino superior: entre o projeto e o gesto*. Sua produção exerceu, entre outras coisas, essa função. Ele foi dirigido por Maria Aparecida Moura, docente da Escola de Ciência da Informação (ECI/UFMG), Shirley de Jesus Ferreira (ECI/UFMG) e Natalino Neves da Silva (FaE/UFMG), ambos bolsistas de extensão.⁴

4 Demos início à produção do documentário em meados do ano de 2003, sendo concluída em fevereiro de 2004. Gostaríamos de agradecer a Carla Leandro, Rogério Fideles e Lúcio Melo (Fafich/UFMG), por realizarem o processo de coleta de imagens, narração e edição. A produção foi feita por meio do uso de fita VHS. Posteriormente, a mídia foi convertida no arquivo executável do Windows Media Player. Em breve, o documentário estará disponível no canal do YouTube do Programa em: <<https://www.youtube.com/@acoesafirmativasnaufmg3748>>.

Além de entrevistar diferentes sujeitos sociais pertencentes à universidade, quais sejam, discentes, servidores(as) docentes e técnicos, gestores etc., com vista a compreender suas percepções acerca dessas políticas, buscava-se ainda produzir um registro audiovisual sobre a importância da adoção dessas políticas no processo de democratização étnico-racial no ensino superior.

Naquele momento, o debate em torno das PAA no país se intensificava, pois pouco tempo antes havia sido realizada a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban. O Brasil foi signatário do documento do Plano de Ação de Durban elaborado na Conferência. Assim, reivindicações históricas do movimento negro por políticas reparatórias e redistributivas ganhavam ressonância nas gestões dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

5 No ano de 2004, a atuação histórica da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva no Conselho Nacional de Educação conquistou a aprovação do Parecer CNE/CP n. 003/2004 e da Resolução CNE/CP n. 001/2004, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER).

Parte do resultado foi a realização de políticas públicas concretas, entre elas: as primeiras ações afirmativas no âmbito dos ministérios, em 2001; a criação da Secretaria Especial para Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003; a promulgação da Lei n. 10.639/03⁵ (atualizada pela Lei n. 11.645/08) – que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), que passou a vigorar acrescida dos artigos 26-A, 79-A (vetado) e 79-B –, a qual prevê

a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira, Africana e dos Povos Indígenas na educação básica ofertada nos estabelecimentos de ensino público e particular.



Figura 1 - Frames do documentário *Ações afirmativas no ensino superior: entre o projeto e o gesto.*

Cabe lembrar que, nesse ínterim, entre os anos de 2001 e 2012, diversas Instituições do Ensino Superior (IES) adotaram algum tipo de iniciativa por pressões sociais realizadas pelo movimento negro e pela sociedade civil organizada, relacionada à democratização do acesso ao ensino superior, de forma compulsória ou voluntária (Carvalho, 2016). As primeiras iniciativas de ações afirmativas, na modalidade de acesso à educação superior, ocorreram entre os anos de 2002 e 2004, nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Norte Fluminense (UENF), do Estado do Mato Grosso do Sul (UEMS), do Estado da Bahia (UnB) e de Brasília (UnB).

6 Para saber mais sobre o processo de implementação das PAA na universidade, conferir Jesus (2023), Heringer e Carreira (2022), Silva, Santos e Reis (2021).

Cabe ressaltar que, até o ano de 2007, não havia nenhum tipo de ação afirmativa desenvolvida pela UFMG. A instituição inicia as discussões a respeito da inclusão social no contexto de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto n. 6.096/07, que incidiu sobre a ampliação das vagas e a maior oferta de cursos noturnos nas universidades federais.⁶

Vejamos como Nilma Lino Gomes *et al.* (2022, p. 6) refletiam sobre a repercussão da existência da discussão da atuação do Programa, na época, e como as PAA eram vistas no espaço acadêmico universitário:

A nossa ideia era inaugurar o debate sobre as ações afirmativas na Universidade, porque isso não acontecia. O debate racial já tinha sido inaugurado antes, mas o debate sobre as ações afirmativas ainda não. Então, foi assim que, com a aprovação, nós realizamos um grande seminário para apresentar um projeto [...]. E foi assim que surgiu esse artigo [no Boletim], porque quando o programa foi aprovado, logo os ânimos na UFMG se exaltaram. Ao sair no Boletim uma reportagem sobre a aprovação do programa, muitos diziam: “É racismo. É não sei o quê. Só para estudantes negros...”. Por isso eu escrevi o artigo como uma forma de provocação à universidade. [...] E aí eu coloquei aquele título, muito provocada pelo nosso diálogo: “Ações Afirmativas – por que não?”. Porque todo mundo dizia: “Ah, não pode, não pode”. E eu fiz uma pergunta: “Por que não pode? Por que não? Por que não isso para a UFMG?”. E assim eu publiquei esse artigo que teve uma grande repercussão. Porque era tão inédito, assim como nós tivemos negros que aderiram muito rapidamente à ideia, nós tivemos muitos que também eram contrários ou não sabiam que ideia era aquela.

O pioneirismo do “Ações” em efetivar o trabalho de ações afirmativas voltado para a permanência de estudantes negros(as) dos cursos de graduação é notório. Essa efetivação, ao mesmo tempo que ocasionou incompreensão, gerou identificação e adesão de pessoas à luta antirracista. Os debates acerca do racismo institucional nas IES eram constantes. Nesse sentido, é empolgante tomar contato com as narrativas dos sujeitos

participantes no documentário e perceber os tensionamentos ocasionados pela possibilidade de adoção das ações afirmativas no ambiente universitário naquele período.



Figura 2 - Frames do documentário *Ações afirmativas no ensino superior: entre o projeto e o gesto*.

O processo de democratização étnico-racial do ensino superior e técnico realizado no início deste século contribuiu, portanto, para pôr em evidência e problematizar a *epistemologia da ignorância*, que é um projeto epistêmico euro-americano hegemônico orientado para a manutenção das hierarquias étnico-raciais no campo da produção do conhecimento (Alcoff, 2007). Na sua compreensão, a *epistemologia da ignorância* é “uma prática epistêmica substantiva voltada para a manutenção da branquitude como valor universal em que se articulam normas cognitivas, privilégio estrutural e identidades situadas” (Alcoff, 2007, p. 39).

Em contraposição a essa prática epistêmica, as produções audiovisuais realizadas pelo Programa⁷ se preocupam em valorizar a agência e epistemologias negras. Nessa perspectiva, destaca-se aqui outra produção audiovisual intitulada *EIHÁ – Memórias e infância no reino do Congo do Aglomerado Santa Lúcia*, dirigida por Adyr Assumpção e Tâmara Braga. A produção foi financiada no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro), vinculado à Secretaria de Educação Superior (Sesu), do Ministério da Educação (MEC), no ano de 2007.

7 Destacam-se aqui outras produções audiovisuais, a saber: *O brincar e a apropriação do espaço pelas crianças quilombolas da comunidade Brejo dos Crioulos de Minas Gerais*, coprodução com o Grupo de Educação Indígena da FaE/UFMG, e o documentário *Juventude negra e Educação*, coprodução com o Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O vídeo retrata a relação entre memória, infâncias, identidade e religiosidade na Guarda do Congo de São Cosme e Damião situado no Aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte. As personagens contam um pouco da dimensão do pertencimento e do cotidiano em uma Guarda de congado, dando ênfase à relação familiar e à dimensão afetiva das construções identitárias étnico-raciais e religiosas. Intercalando depoimentos e imagens da festa, o vídeo propõe uma pequena inserção na poética da fé, nos meandros da memória e na diversidade e incompletude dos saberes e visões de mundo.

Outra produção é o documentário *Se eles soubessem*, dirigido por Paulo Carrano. Sua realização contou com a parceria estabelecida entre o Programa Ações Afirmativas, o Observatório da Juventude da UFMG e o Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF). A produção foi também financiada pelo Uniafro/Sesu/MEC, no ano de 2006.

O vídeodocumentário acompanha as experiências de educadoras(es) e educandas(os) do ensino médio do Núcleo de Cultura do Guadá, em atividade há dez anos no Colégio Estadual Guadalajara, localizado em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. A produção se alia aos esforços de fortalecimento do campo de debates e formação das(os) educadoras(es) em torno da aplicação da Lei n. 10.639/03, que institui o ensino da História e Cultura da África e das diversas contribuições e lutas dos(as) afro-brasileiros(as), nos currículos escolares. O filme indaga aos(às) jovens sobre o racismo presente na sociedade brasileira e apresenta as estratégias intergeracionais e coletivas produzidas a partir de suas participações no Núcleo de Cultura para a superação do racismo, que passam pela identidade racial e social, pela ressignificação do território escolar e pela construção de novos projetos de vida.

O conjunto dessas produções se aproxima, então, da elaboração de uma estética-política relacionada à *partilha do sensível*, conforme propõe o filósofo Rancière (2015, p. 15), uma vez que “uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha”. A produção de uma *epistemologia negra do sensível* ocasiona, nesse caso, tensionamentos das maneiras de representar o “ser negro”

no mundo, bem como *institui* outras e novas estéticas-corpóreas possíveis.

Produções audiovisuais orientadas por uma *epistemologia negra do sensível* indagam, portanto, se nesta parte do globo terrestre considerada periferia do capitalismo vivemos, de fato, a experiência moderna e universal de uma *sociedade do espetáculo*. As múltiplas violências simbólicas e materiais ocasionadas pelos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero etc.) são abordadas por meio de narrativas não espetacularizadas por seus(suas) produtores(as). Desse modo, conforme a filósofa Susan Sontag (2003, p. 85), dizer que a realidade se transforma num espetáculo

é um provincianismo assombroso. Universaliza o modo de ver habitual de uma pequena população instruída que vive na parte rica do mundo, onde as notícias precisam ser transformadas em entretenimento – esse estilo maduro de ver as coisas, que constitui uma aquisição suprema do “moderno” e um pré-requisito para dismantelar as formas tradicionais de política fundada em partidos, que propiciam discórdia e debate genuínos. Supõe que todos sejam espectadores. De modo impertinente e sem seriedade, sugere que não existe sofrimento verdadeiro no mundo. Mas é absurdo identificar o mundo a essas regiões de países abastados onde as pessoas gozam o dúbio privilégio de ser espectadores ou furtar-se a ser espectadores da dor de um outro povo, assim como é absurdo fazer generalizações acerca da capacidade de se mostrar sensível aos sofrimentos de outros com base na atitude desses consumidores de notícias, que não conhecem, na própria pele, nada a respeito de guerra, de injustiça em massa e de terror. Existem centenas de milhões de espectadores de tevê que estão longe de sentirem-se impassíveis ante o que veem na televisão. Eles não se dão ao luxo de fazer pouco-caso da realidade.

Narrativas audiovisuais *contracoloniais* buscam ampliar, entre outras coisas, “a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros” (Sontag, 2003, p. 89).

Negras imagens em movimento

Os projetos *Espaço Cultural Palmares: Cultura e Ações Afirmativas na UFMG* (2007) e *Espaço Cultural Palmares: Cultura e Ações Afirmativas – uma proposta de intervenção videográfica e cinematográfica* (2008) foram realizados por meio da parceria entre o Programa Ações, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade (NEIA/FALE) e a Fundação Cultural Palmares. Tal iniciativa consistiu na exibição dos dois vídeos produzidos pelo Programa no contexto do Edital Uniafro II (MEC/Sesu/Secad), a saber: a) *EIHÁ: Memória e infância no reino do Congo do Aglomerado Santa Lúcia*; b) *Se eles soubessem*.

Os vídeos foram exibidos em comunidades populares, e, para tal, contou com a participação dos bolsistas de extensão e com o apoio da ilha de exibição concedida pela Fundação Cultural Palmares. A parceria com a Palmares também possibilitou a produção de um *kit* audiovisual, enviado gratuitamente para duzentas escolas públicas de Belo Horizonte e região, entre os anos de 2008 e 2009. Nesse período, foram realizadas ainda as seguintes atividades: *Negras Imagens em movimento* na Universidade FUMEC, visita ao Centro Cultural São Bernardo, visita à Escola Hilton Rocha (Contagem), visita à Escola Municipal Domingos Diniz Moreira, exibição de filmes, oficinas e palestras nas escolas públicas e no Centro Cultural da Serra do Cipó, reunião do 3º Ciclo UFMG Jovem.

Sob a coordenação de Nilma Lino Gomes (FaE/UFMG), Vanda Lúcia Praxes (Programa Ações Afirmativas na UFMG) e Cláudio Emanuel dos Santos (Centro Pedagógico/UFMG) o trabalho realizado gerou a produção do *Catálogo Videográfico Negras Imagens em Movimento*, que apresentava como objetivos: a) mapear filmes e/ou documentários relacionados à discussão das relações étnico-raciais, produzidos no Brasil e em outros países; b) organizar e sistematizar as informações necessárias para consulta e disseminar essa produção. Para tal, foram identificados e catalogados vídeos do circuito comercial e alternativo.

Cabe ressaltar que a divulgação do *Catálogo*⁸ se dá quatro anos após a aprovação da Lei n. 10.639/03 (atualizada pela Lei n. 11.645/08). Nesse contexto, a disseminação de trabalhos que apresentavam imagens e referências positivas sobre a população negra na educação básica e demais setores interessados

8 A elaboração do *Catálogo* contou com a participação de Jairza Fernandes Rocha (bolsista de extensão responsável por fazer o levantamento videográfico), Mara Magna Santos (bolsista de extensão responsável por contribuir com a normalização), Maria Aparecida Moura (ECI/UFMG), revisora da normalização, Elânia de Oliveira (CP/UFMG) e Rildo Cosson (Câmara de Deputados – CEFOR), responsáveis pela revisão do trabalho.

significava, entre outros aspectos, a possibilidade de construir representações negras afirmativas na sociedade brasileira.



Figura 3 - Capa do *Catálogo Videográfico Negras Imagens em Movimento*.

Diferentemente de hoje, quando contamos com acesso aos acervos videográficos por meio de inúmeras plataformas virtuais, o levantamento de fontes que abordavam a questão étnico-racial, na época, foi uma tarefa complexa que contou com a realização da consulta em acervos disponíveis na

cidade, tais como: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), Centro de Referência Audiovisual (CRAV), locadoras alternativas e comerciais, Portal Curta Petrobrás, TV Escola Minas Gerais, entre outros.

No ano de 2010, as atividades dos dois projetos supracitados foram retomadas por meio do projeto de extensão *Negras Imagens em Movimento: uma proposta de intervenção videográfica e cinematográfica*, na mesma perspectiva interdepartamental e de interunidade, contemplando docentes da FaE/UFMG e do Centro Pedagógico (CP) da UFMG. Na ocasião, dentre as atividades realizadas, destacam-se: a) seminário sobre relações étnico-raciais na cidade de Poços de Caldas/MG; b) exibição de filmes e oficinas para 150 jovens inseridos na Educação de Jovens e Adultos (EJA); c) formação de professores da Escola Municipal Padre Marzano Matias; d) exibição de filmes e oficinas em duas escolas municipais de Contagem/MG.

As experiências de produções audiovisuais até agora compartilhadas ampliam a proposta temporal dos últimos dez anos (2012-2022), sobre a qual fomos convidados(as) a refletir. Se bem que, em se tratando de refletir sobre as relações étnico-raciais, é preciso considerar que “os nossos passos vêm de longe” (Werneck, Mendonça e White, 2006). Assim, fazer esse breve apanhado histórico das produções audiovisuais realizadas pelo Programa é uma maneira de explicitar os registros da memória em relação ao engajamento político-estético do “Ações” tanto no âmbito da luta antirracista quanto no compromisso de contribuir para a construção de representações negras afirmativas.

Ações Afirmativas em debate

O projeto de extensão *Ciclo de debates, palestras e produção documental* representa a continuidade, expansão e aprofundamento das produções audiovisuais realizadas desde 2004. Ao longo dos anos, o Programa buscou construir espaços de debates, reflexão, exibição de filmes, vídeos e discussão acerca da questão racial. Nessa direção, desde o ano de 2006 esse projeto busca registrar, catalogar e disponibilizar as produções formativas oriundas dos seminários, cursos e debates, mesas-redondas etc.

Esse trabalho tem sido realizado por membros da equipe do Programa.⁹ O “Ações” possui um vasto acervo audiovi-

9 Além da palestra proferida pela saudosa Luiza Helena de Bairros, socióloga e militante histórica do feminismo negro brasileiro que foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (2011-2014) durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, o acervo conta ainda com a palestra proferida por Hédio Silva Júnior, que tratou sobre o “Direito à educação e Ações Afirmativas”, realizada em abril de 2004; “Teorias Raciais como Teorias das Diferenças”, conduzida por Lília Moritz Schwarcz, em maio de 2004, entre outras. Destacam-se ainda, em linhas gerais, a palestra “Ações afirmativas no Brasil”, com o Prof. Dr. Kabengele Munanga (USP), e a mesa-redonda “Geografia, espaço e relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639/03”, com o Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos (UERJ) e Prof. Dr. Eduardo Rios-Neto (Cedeplar/UFMG), ambas ocorridas em 2007.

sual, resultado de formações para as relações étnico-raciais ocorridas em seminários, palestras, mesas-redondas etc., que contaram com a participação de intelectuais negros(as) e não negros(as) que são referências no campo.



Figura 4 - Capa do DVD
*Desigualdades Raciais e Políticas
Públicas* (2004).

A maior parte dessa produção encontra-se disponível no formato de mídia VHS, DVDs etc. Nessa perspectiva, para democratizar o acesso da comunidade interna e externa da UFMG ao acervo, um dos atuais desafios é investir no processo de digitalização e disponibilização em plataforma digital com características de repositório de acesso público.

Cenas do próximo capítulo...

Refletindo sobre isso, decidimos investir na criação do canal do YouTube¹⁰ e Instagram¹¹ do Programa, no ano de 2022. Apesar de serem plataformas comerciais para o “Ações”, sua utilização tem o caráter de form-ação, veiculação e interatividade de exercer o ativismo negro digital nas redes sociais. Dando continuidade à contribuição ao processo de construção da representação negra afirmativa iniciada no começo deste século.

Coordeno, junto com Ligia Mara Sabino (servidora técnico-administrativa em Educação/UFMG) e Silvia Regina de Jesus Costa (doutoranda em Educação da FaE/UFMG), desde o ano de 2021, o projeto de extensão *Formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós*, que tem como objetivo principal preparar pessoas candidatas para a seleção em programas de

10 <https://www.youtube.com/@acoesafirmativasnaufmg3748>

11 @acoesafirmativasufmg

12 Para saber mais, consultar, entre outros: Miranda, Praxedes e Brito (2016), Maringolo, Galvão e Pereira (2022).

13 O “Coletivo Afirmação na Pós” conta com a participação de pessoas vinculadas ou não aos Programas de Pós-Graduação. Todo o trabalho realizado (encontros, acompanhamento de tutoria etc.) é feito de maneira voluntária. Contamos com a presença de egressos(as) do curso que, inclusive, já concluíram suas pesquisas. Cabe registrar a participação de Andressa Roberta Santos Souza (graduanda do curso de Pedagogia FaE/UFMG) e Marcone Loiola dos Santos (mestrando em Educação FaE/UFMG), como bolsistas de extensão do projeto. As bolsas foram concedidas por meio da aprovação no Edital Proex n. 02/2022 – Fomento à Formação em Extensão Universitária no âmbito da Pós-Graduação. Essa ação é uma parceria estabelecida entre as Pró-reitorias de Extensão (Proex/UFMG) e a Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG/UFMG). Agradecemos o Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE/FaE/UFMG) por indicar o *Afirmação na Pós* para concorrer no processo seletivo do referido edital.

pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, tendo por referência as ações afirmativas voltadas para as populações indígena, negra, quilombola e pessoas trans e travestis. O *Afirmação na Pós* é uma das ações que integram o Programa Ações Afirmativas na UFMG, e completou, no ano de 2022, seus dez anos de resistência.¹²

Ao longo desses anos, todas as ações realizadas eram presenciais em diferentes espaços da UFMG e fora dela. Todavia, devido ao afastamento social ocasionado pela Covid-19, a oferta do curso se dá de modo totalmente virtual, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) personalizado, na Plataforma da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP Webconferência).

De lá para cá, avaliamos que o *aquilombamento virtual*¹³ tem propiciado conectar cursistas negros(as), indígenas, quilombolas e pessoas trans e travestis residentes em diferentes regiões do país. Desse modo, o trabalho formativo realizado pelo *Afirmação na Pós* tem contribuído para fortalecer e criar redes de solidariedade antirracistas com vista a reafirmar direitos e democratizar a educação em nível da pós-graduação partindo dos princípios do reconhecimento, da equidade, da redistribuição e da justiça sociorracial.

Na programação da matriz curricular do projeto, consta a realização de seminários formativos que se destinam a garantir a formação das relações étnico-raciais dos(as) cursistas participantes. Geralmente, neles são debatidas questões contemporâneas relacionadas ao acesso e à permanência de sujeitos diversos(as) na pós-graduação, a saber: ações afirmativas na pós-graduação, pensamento afrodiaspórico, a luta do movimento negro pelo direito à educação, a escrita de si, síndrome do(a) impostor(a), entre outros.

Sua transmissão é feita pelo canal do YouTube do “Ações” e sempre conta com a participação de pesquisadores(as) negros(as) e não negros(as) nacionais e internacionais. Assim, consideramos que o *Afirmação na Pós* é uma das experiências recentes relacionadas à produção audiovisual no âmbito do Programa. Todo o conteúdo produzido fica disponível nesse repositório de acesso livre.

Independentemente das alterações ocorridas do ponto de vista das produções audiovisuais no Brasil, nesses últimos vinte anos, quando tratamos de refletir acerca da raça e represen-

tação, concordamos com o alerta feito por bell hooks (2019, p. 32): “raça e representação são gestos de desobediência. Eles representam [a] luta política para ampliar as fronteiras da imagem, encontrar palavras para expressar [...] formas que vão contra a corrente que a maioria das pessoas simplesmente não quer acreditar que estão ali”.

Referências

Ações afirmativas no ensino superior entre o projeto e o gesto. Direção: Maria Aparecida Moura, Shirley de Jesus Ferreira e Natalino Neves da Silva. Belo Horizonte: Programa Ações Afirmativas na UFMG, 2004. 1 fita VHS (47 min.), son., color., legendado.

Alcoff, Linda Martín. Epistemologies of ignorance: three types. In: Sullivan, Shannon; Tuana, Nancy. *Race and epistemologies of ignorance*. Nova York: State University of New York Press, 2007.

Araújo, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

Bento, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, Irani; Bento, Maria (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 25-57.

Brasil. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27 mar. 2020.

_____. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 28 jan. 2020.

_____. *Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 23 nov. 2023.

_____. *Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Congresso Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 17 jun. 2021.

_____. *Lei 12.288, de 20 de julho de 2010*. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 30 jun. 2015.

Carvalho, José Jorge de. *A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil*. Brasília: INCT, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2017/Bol10_03.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

Damasceno, Caetana Maria. “Cor” e “boa aparência” no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração. In: *Anais do 17º Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682879_ARQUIVO_2013_TEXTOanpuh_CaetanaDamasceno.pdf>. Acesso em 20 out. 2015.

Desigualdades raciais e políticas públicas. Direção: Programa Ações Afirmativas na UFMG. Belo Horizonte, Documentário, 2004. DVD (50 min.), color.

Diogo, Rosalia Gregório. *Rasuras no espelho de narciso: educadoras negras e a crítica à representação de negros na mídia*. Belo Horizonte: Mazza, 2008.

EIHÁ – Memórias e infância no reino do Congo do Aglomerado Santa Lúcia. Direção: Adyr Assumpção e Tâmara Braga. Belo Horizonte: T’AI Criação e Produção, Programa Ações Afirmativas na UFMG, Uniafro/Sesu/MEC, 2007. DVD (18 min.), color.

Faustino, Deivison Mendes. Sartre, Fanon e a dialética da negritude: diálogos abertos e ainda pertinentes. *Revista Entreletras* (Araguaína), v. 11, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/9951>>. Acesso em: 15 maio 2021.

Gomes, Nilma Lino; Jesus, Rodrigo Ednilson de; Colen, Natália Silva; Costa, Sílvia Regina de Jesus. Ações afirmativas na UFMG: entrevista com Nilma Lino Gomes. *Revista Docência do Ensino Superior*, v. 12, pp. 1-23, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/41616>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

Gonçalves, Luiz Alberto Oliveira. Os movimentos negros no Brasil: construindo atores sociopolíticos. *Rev. Bras. Educ. [on-line]*, n. 9, pp. 30-50, 1998. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781998000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 mar. 2007.

Hall, Stuart. *Cultura e representação*. Trad. Daniel Oliveira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Apicuri, 2016.

Heringer, Rosana; Carreira, Denise (Org.). *10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação UFRJ/Ação Educativa, 2022.

hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

Jesus, Rodrigo Ednilson. *Ações Afirmativas na UFMG: por que sim?* Belo Horizonte: UFMG, 2023.

Maringolo, Cátia Cristina Bocaiuva; Galvão, Sílvia Regina de Jesus Costa; Pereira, Rosana da Silva. Pré-Acadêmico Afirmção na Pós: ações afirmativas e fortalecimento para o ingresso na pós-graduação. *Poésis*, Tubarão/SC, v. 16, n. 30, PP. 524-542, jul.-dez. 2022. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poesis/article/view/12654>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Miranda, Shirley Aparecida; Praxedes, Vanda; Brito, José Eustáquio. Afirmção na Pós-graduação: experiências, tensões, articulações e deslocamentos de uma proposta de ações afirmativas na Pós-graduação em Minas Gerais. In: Artes, Amélia; Unbehaum, Sandra; Silvério, Valter. *Ações Afirmativas no Brasil: experiências bem-sucedidas de acesso na pós-graduação*. São Paulo: Cortez, 2016.

Munanga, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, PP. 46-57, dez./fev. 2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p46-57>. Acesso em: 15 maio 2020.

Nascimento, Beatriz. *Textos e narração de Ôri*. Transcrição (mimeo), 1989.

Petzoldt, Bruno López. *Recordar para perdurar. La participación del cine en la reparación de experiencias traumáticas*. Buenos Aires: CALAS-UNSAM, 2023.

Ramos, Sílvia (Org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

Rancière, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Netto. São Paulo: Exo Experimental org./Ed. 34, 2005.

Santos, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: Guimarães, Antônio; Huntley, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 53-76.

Se eles soubessem. Direção: Paulo Carrano. Rio de Janeiro: Programa Ações Afirmativas na UFMG, Observatório da Juventude da UFMG, Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF), Uniafro/Sesu/MEC, 2006. DVD (29 min.), color.

Seely, Rei. *Negrantologia poética*. Curitiba: Alfiataria, 2022.

Silva, Natalino Neves da. Ações Afirmativas: o (re)encontro com a identidade étnico-racial. In: Gomes, Nilma Lino; Martins, Aracy Alves (Org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, pp. 231-236.

_____. *Qual é o valor do ensino médio? Experiência social e escolar de jovens negros(as) e brancos(as)*. Curitiba: Appris, 2019.

_____.; Santos, Adilson Pereira dos; Reis, Jane Maria. Assistência Estudantil e Ações Afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. *Educ. Soc.*, v. 42, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/dmD-JKXcngXtVZFHYBVvLBmv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 set. 2022.

Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Entre o Brasil e África: construindo conhecimentos e militância*. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

Silvério, Valter Roberto. *Transnacionalismo negro, diáspora africana: uma nova imaginação sociológica*. São Paulo: Intermeios, 2022.

Sontag, Susan. *Diante da dor dos outros*. Trad. Ana Barbosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Souza, Edileuza Penha de. *Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

Werneck, Jurema; Mendonça, Máisa; White, Evelyn (Org.). *Saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.